

MICROSCÓPIO

Não conheço o livro "Fronteira Agreste", que tamanha celeuma está levantando. Ignoro, portanto, até que ponto se poderia justificar o ato do D.E.I.P., que o sequestrou.

Entendo, porém, ser a arte um fenômeno social. Não tanto pelos vários fatores que interveem na obra de arte é, somados, não valem o temperamento, a individualidade do artista, como, principalmente, por seus efeitos, pela influência que ela exerce na coletividade. Constitue a arte um poderoso instrumento de sugestão — sugestão para o bem e para o mal — cujo valor nenhum médico ou educador ignora. Beethoven, por exemplo, eleva o homem aos páramos da espiritualidade; certa música, hoje em voga, despenha-o no sensualismo, quando não na bestialidade. O preceito da arte pela arte é, por conseguinte, pura abstração. Não pode a obra de arte encarar-se exclusivamente em si mesma, desde que é um dos fatores capazes de plasmar a alma humana.

Grande instrumento de educação, não pode a arte ser amoral. Tanto assim, que as mais cruas obras do verdadeiro naturalismo — não as da sua degenerada prole — se justificam, no pensamento dos próprios autores, pela salutar reação que o mal, nelas descrito ao vivo, deve provocar na sociedade.

Sómente a ciência pura pode e deve ser realmente amoral. A verdade é a verdade, não há como a modificar e, por mais feia que se afigure, mais útil é conhecê-la, do que ignorá-la. E, ainda assim, necessário é reconhecer que certas verdades só as devem saber as pessoas mentalmente aptas, intelectual e moralmente capazes.

Mas, estabelecida esta premissa, não é a minha conclusão a que ela pareceria justificar. Discordo do sequestro do romance do sr. Ivan Pedro de Martins, discordaria ainda quando a obra se pudesse catalogar entre os mais crús exemplares do naturalismo. A circulação de certos livros é um mal, não há dúvida nenhuma. Mas, além de ser extremamente dificultoso impedir a difusão dos piores, justamente dos confessadamente imorais, dos que deliberadamente se destinam a derrancar a alma humana, muito maiores males traz consigo o princípio segundo o qual o governo se torna árbitro e senhor do pensamento, modelo e guia da arte.